



**CERIMONIAL DA SESSÃO SOLENE DE POSSE NA ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS JURÍDICAS – ACALEJ, DE NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS NA CADEIRA Nº 28, QUE TEM COMO PATRONO CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO, EM SESSÃO REALIZADA NO AUDITÓRIO SOLON D'EÇA NEVES, ESMESC/AMC, EM FLORIANÓPOLIS, AOS 19 DIAS DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 19 HORAS E 30 MINUTOS.**

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI.** Senhoras e Senhores. A Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, fundada em 13/12/2012, e instalada sob os auspícios da Academia Brasileira de Letras Jurídicas e da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina tem por objetivo o aperfeiçoamento e perpetuação da memória das letras jurídicas neste Estado e no Brasil. A Sessão de hoje tem por finalidade dar posse, como primeiro ocupante da Cadeira 28, ao JURISTA **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**, Cadeira que tem como PATRONO **CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO**. Para formar a Mesa dos Trabalhos, convidamos a tomar assento as seguintes autoridades: o Acadêmico Cesar Luiz Pasold, Presidente da Academia Catarinense de Letras Jurídicas – ACALEJ, ocupante da Cadeira n. 01, que tem como Patrono Henrique Stodieck; a Acadêmica Elizete Lanzoni Alves, Diretora Executiva da ACALEJ, ocupante da Cadeira 03, que tem por Patrono Osvaldo Ferreira de Melo; o Acadêmico Ricardo José da Rosa, Diretor Financeiro ocupante da Cadeira n. 04, que tem por Patrono Hélio Barreto dos Santos;

O Presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses, Odson Cardoso Filho; a Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina Desembargadora Sonia Schmitz representando a instituição; o Secretário da Fazenda Doutor Antônio Marcos Gavazzoni, representando o Governo do Estado de Santa Catarina; a advogada Ana Cristina Ferro Blasi representando a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina; o Procurador Geral da Justiça Sandro José Neis, representando o Ministério Público.

Registramos também a presença das seguintes autoridades que confirmaram a presença junto ao Cerimonial: Dr. Cesar Augusto Grubba, excelentíssimo Secretário da Segurança Pública do Estado; Dr. Nelson Serpa, excelentíssimo Secretário de Estado da Casa Civil; Dr. João dos Passos Martins Neto, Procurador Geral do Estado, nosso ilustre confrade da ACALEJ; Dr. Eduardo Pizzolatti Miranda Ramos, neste ato representando sua Excelência o Secretário de Estado da Agricultura e da Pesca; o Dr. Gilberto Callado de Oliveira, Corregedor do Ministério Público; Magistrado Nelson Justino Mesquita, Presidente da AJUFESC; o Advogado Saulo Vieira, Presidente do Sapiens Parque; o Advogado Rodrigo Jansen, neste ato representando sua Excelência o Prefeito de Blumenau Napoleão Bernardes; a Escritora Sônia Terezinha Ripoll Lopes, Presidente da Academia de Letras de Palhoça; o Escritor Augusto Coura Neto, Presidente da Academia Alcantareense de Letras; os

Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina: Salete Somariva, Amaral e Silva, Alberto Costa, Napoleão Xavier do Amarante, João dos Passos Martins, Jaime Ramos, Getúlio Corrêa; o Advogado Antônio Hugen Nunes, de São Joaquim; o escritor Ney Santos, da Academia de Letras de Palhoça; a Senhora Eloá Paschoal Pítsica, viúva de Paschoal Apósto Pítsica; os homenageados da noite, a começar pelo jurista João José Ramos Schaefer; os familiares do Patrono Telmo Veira Ribeiro: Paulo Armando Ribeiro, Homero Garofallis Ribeiro, Moema Ribeiro Comicholli; o recipiendário Nelson Juliano Schaefer Martins e seus familiares, a esposa Cíntia Beatriz Martins, a genitora Terezinha Schaefer Martins, os filhos Diego e Juliano com a esposa Carolina, o irmão Desembargador Jorge Schaefer com a esposa Cássia; os senhores acadêmicos, presentes: Aluízio Blasi, nosso decano; Paulo de Tarso Brandão; Luis Calos Cancellier de Olivo (Reitor eleito da Universidade Federal de Santa Catarina); Ruy Samuel Espíndola; Cesar Amorim Krieger; Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo; Umberto Grillo, Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, Alexandra Candemil e Cláudio Regis Figueiredo; Senhoras e Senhores.

Muito obrigado a todos, sejam bem vindos. Passo a palavra o Presidente da ACALEJ, Acadêmico Doutor Cesar Luiz Pasold para abrir a Sessão e dar as boas vindas a todos.

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Boa noite às autoridades da Mesa e do auditório, às Senhoras e aos Senhores. Convido o Mestre de Cerimônias e Vice-Presidente da ACALEJ Acadêmico Doutor José Isaac Pilati, ocupante da Cadeira n. 02, que tem por Patrono José Arthur Boiteux a postar-se junto à Mesa. Em pé, vamos ouvir o Hino Nacional. (isso feito).

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** A humanidade recebeu dos jurisconsultos romanos o legado de um estilo próprio de escrever e dizer o Direito: objetivo, claro, conciso, sóbrio e de inexcedível simplicidade. A ACALEJ segue a esteira dessas lições, devotando-se ao culto das letras jurídicas em língua portuguesa, incluindo registro e memória de pessoas, obras e instituições.

Mais uma vez agradeço a presença de todos, e na forma ritualística declaro abertos os trabalhos em Sessão Magna de Posse do jurista **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**, na Cadeira 28, que tem como Patrono CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO. Solicito ao Acadêmico Vice-Presidente da ACALEJ, e Mestre de Cerimônias desta Sessão Solene Doutor **José Isaac Pilati**, que antes da posse do Recipiendário anuncie e coloque no **Proscênio Sublime** o nome e a obra, que inspiram e iluminam os trabalhos acadêmicos desta noite.

**ACADÊMICO JOSÉ ISAAC PILATI:** Senhor Presidente. É do ritual da ACALEJ escolher previamente, em reunião de Diretoria, para cada Sessão Solene, um nome e uma obra para serem colocados em destaque neste momento, que o Sodalício designa como: **Proscênio Sublime**.

E para esta noite, na categoria nome ilustre, a ACALEJ escolheu por unanimidade, o nome do Advogado, Ex-Desembargador e Ex-Presidente da OAB, Secção de Santa Catarina, **JURISTA JOÃO JOSÉ RAMOS SCHAEFER**.

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Esta Academia Catarinense de Letras Jurídicas agradece a presença do homenageado JOÃO JOSÉ RAMOS SCHAEFER e tem a honra de lhe prestar esta homenagem na palavra do seu Vice-Presidente e Mestre de Cerimônias José Isaac Pilati.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI.** Agradeço a honra, Senhor Presidente de poder acender na memória catarinense e colocar no lugar mais elevado desta Casa que é o Proscênio Sublime, o nome do **Advogado e ex-Desembargador João José Ramos Schaefer.**

Filho de Evaldo Schaefer e Maria José Ramos Schaefer, nascido em 13 de março de 1932 em Lages/SC.

Formado pela então Faculdade de Direito de Santa Catarina em 08 de dezembro de 1957, iniciou imediatamente a sua carreira jurídica com a inscrição na OAB/SC, sendo nela militante zeloso e operoso.

Em 1965 foi eleito para o seu primeiro mandato no Conselho Estadual da OAB/SC, sendo sucessivamente reeleito para os cargos de Vice-Presidente, Presidente por três gestões (1971/1973, 1973/1975 e 1987/1989) e Conselheiro Federal.

Foi Presidente do Instituto dos Advogados de Santa Catarina-IASC, no período de 1982 a 1988. O IASC, que completou 84 anos em 01 de novembro pp, sempre teve e tem participação importante na defesa da Democracia, no cultivo da Justiça e no compromisso com a Cultura Jurídica. Sob a sua Presidência o IASC se engajou efetivamente na histórica campanha pelas Eleições Diretas no Brasil, em 1984, entre tantas atuações.

Em 1989, o Dr. João José Ramos Schaefer, renunciou ao cargo de Conselheiro Federal da OAB, para concorrer à vaga de Desembargador pelo Quinto Constitucional da OAB.

Ele foi o primeiro Desembargador escolhido neste novo sistema, pois até então não ocorria a lista sêxtupla apresentada pela Ordem dos Advogados ao Judiciário.

Em 1998 foi agraciado com a Medalha João Baptista Bonassis, a maior comenda da Advocacia Catarinense.

Nosso homenageado permaneceu no TJSC até aposentar-se em fevereiro de 2002, quando exercia o cargo de Presidente do Tribunal. Retornou à atuação como Advogado, o que faz, com denodo e elevada qualidade, até hoje.

Pela sua dedicação aos assuntos jurídicos, pelo seu comprometimento com a realização da Justiça, e pela defesa permanente da Democracia, o JURISTA JOÃO JOSÉ RAMOS SCHAEFER, merece, sem dúvidas, a homenagem que hoje lhe presta a nossa ACALEJ- Academia Catarinense de Letras Jurídicas..

Parabéns pela Vida exemplarmente produtiva, Dr. João José Ramos Schaefer!

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Agradeço ao Confrade Mestre de Cerimônias e reitero as suas palavras de homenagem uma nova salva de palmas.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI.** Solicito ao Confrade: **Rui Samuel Espíndola**, ocupante da Cadeira n. 14, que tem por Patrono Acácio

Bernardes, que conduza o Doutor **JOÃO JOSÉ RAMOS SCHAEFER** ao lugar indicado para a entrega do Certificado.

(Isso feito)

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Vamos homenagear agora a obra escolhida pela ACALEJ para esta noite, intitulada: **DUAS TESES DE TELMO RIBEIRO, organizada por Luis Carlos Cancellier de Olivo e Cesar Luiz Pasold.** Passo a palavra ao **MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI** para que o proceda, na forma do ritual.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI.** Senhor Presidente, a ACALEJ tem a honra de postar no **Proscênio Sublime** nesta noite e nesta categoria de obra excelsa o trabalho: **DUAS TESES DE TELMO RIBEIRO, organizada por Luis Carlos Cancellier de Olivo e Cesar Luiz Pasold.** Convido o Acadêmico: **CLÁUDIO EDUARDO REGIS DE FIGUEIREDO E SILVA**, Cadeira n. 19, que tem como **PATRONO MARCÍLIO JOÃO DA SILVA MEDEIROS**, para depositar a obra referida em nosso venerando ATRIL.  
(ISSO FEITO)

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI.** Senhor Presidente. Este Proscênio Sublime é uma referência histórica das mais importantes no Estado de Santa Catarina. E a obra desta noite: **DUAS TESES DE TELMO RIBEIRO, organizada por Luis Carlos Cancellier de Olivo e Cesar Luiz Pasold** editada pela EDITORA DA UNOESC ocupa esse lugar de honra porque representa importante realização do Sodalício no esforço de resgate dos nossos quarenta patronos, vida e obra. Dessa vez, conforme dito, a tarefa foi realizada pelo Ocupante da Cadeira de Telmo Ribeiro, de n. 08, o Acadêmico Luis Carlos Cancellier de Olivo, que contou com a colaboração do Acadêmico Cesar Luiz Pasold. Também merece referência o empenho pessoal do Acadêmico Aristides Cimadon na edição da obra.

Neste Livro são recuperadas, em inteiro teor, duas obras relevantes do Professor Dr. Telmo: a primeira é intitulada “Democracia, Solidariedade do Agrupamento Humano”, que foi sua Tese de Docência Livre, aprovada em 1953.

A segunda, denominada “Reforma do Processo de Elaboração Legislativa”, aprovada em 1960, foi para o Concurso de Catedrático da Faculdade de Direito de Santa Catarina, com o qual sucedeu o falecido Jurista Nereu Ramos.

Os dois textos constituem-se em exemplares exercícios de Letras Jurídicas de elevada qualidade de pesquisa, de fundamentos e de lógica de conteúdo no relato do que foi pesquisado. São lições de Teoria Constitucional em conexão com a realidade jurídica e social.

Telmo Vieira Ribeiro formou-se na Faculdade de Direito de Santa Catarina, em 1941. Docente respeitadíssimo na disciplina Direito Constitucional, foi um dos fundadores do Curso de Pós Graduação em Direito da UFSC. Advogado famoso pelo seu conhecimento jurídico, foi Conselheiro Estadual da OAB/SC de 1969 a 1974. Presidiu a OAB/SC em 1975 e 1976, em pleno regime autoritário no Brasil, conduzindo a entidade com serenidade, firmeza e independência na defesa das prerrogativas da Profissão e dos Cidadãos.

A ACALEJ- Academia Catarinense de Letras Jurídicas, prossegue na realização de seus objetivos e compromissos com a cultura jurídica catarinense.

E, neste mister, foi possível resgatar o pensamento de TELMO VIEIRA RIBEIRO, e a sua obra, graças às preciosas colaborações do Centro de Ciências Jurídicas da UFSC, da Fundação José Arthur Boiteux, e da Universidade do Oeste de Santa Catarina-UNOESC, Joaçaba, especialmente pela sua Editora!

Muito obrigado!

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Agradeço ao confrade Mestre de Cerimônias. A ACALEJ endossa as suas palavras de homenagem à obra **DUAS TESES DE TELMO RIBEIRO, organizada por Luis Carlos Cancellier de Olivo e Cesar Luiz Pasold**, destacando ademais a pessoa do autor, que é o Patrono da Cadeira n. 8, que tem como primeiro ocupante o confrade Luis Carlos Cancellier de Olivo.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI** Convido o Confrade: **Cesar Amorim Krieger**, ocupante da Cadeira n. 21, que tem por Patrono Heitor Blum e os filhos do Dr. Telmo Vieira Ribeiro, o Procurador da Justiça **PAULO ARMANDO RIBEIRO**, Homero Garofallis Ribeiro e Moema Ribeiro Comicholli a conduzirem aqui à frente o Acadêmico **Luis Carlos Cancellier de Olivo**, Reitor eleito da Universidade Federal de Santa Catarina, na qualidade de **organizador principal da obra**, para receber o certificado da homenagem.

**MESTRE DE CERIMÔNIAS JOSÉ ISAAC PILATI.**

Senhor Presidente, vosso pedido foi atendido. O **Proscênio** está iluminado com um nome ilustre e uma obra excelsa. Devolvo a palavra a Vossa Excelência.

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Sob as luzes do **Proscênio assim formado**, solicito aos Acadêmicos: **José Isaac Pilati, ocupante da Cadeira n. 02, que tem por patrono José Arthur Boiteux**, na condição de padrinho e **Júlio Cesar Machado Ferreira de Melo**, ocupante da Cadeira n. 22, que tem Patrono Ari Bosco de Melo, que conduzam ao lugar que lhe é destinado, o Recipiendário **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**, para ser empossado na Cadeira n. 28, que tem por Patrono CID CAESAR DE ALMEIDA PEDROSO. Todos de pé, por gentileza. Vamos aplaudir.

(O recipiendário é conduzido ao seu lugar, o Presidente assenta-se e com ele os demais presentes).

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** concedo a palavra ao Acadêmico **José Isaac Pilati** para na forma estatutária fazer a saudação em nome do sodalício.

**ORADOR JOSÉ ISAAC PILATI:** Adentra os umbrais desse larário da memória jurídica catarinense nessa noite, senhoras e senhores, Nelson Juliano Schaefer Martins: a pessoa e a biografia; a presença do jurista e magistrado; o professor, o Mestre em Direito, enfim, o recipiendário. Sob os auspícios do seu ilustre Patrono Cid Caesar de

Almeida Pedroso, ele aqui está para inaugurar e imortalizar como primeiro ocupante a Cadeira n. 28 desse Sodalício.

A sua eleição e posse honra a cidade de Tubarão, sua terra natal, dos primeiros estudos; honra a sua Família porque é um homem amado e justo; honra os seus amigos porque é uma pessoa leal e sincera; honra o Ministério Público de Santa Catarina porque pertenceu aos seus quadros, e é um homem de coragem e de princípios; honra o magistério e os professores porque é um mestre no Direito e nas letras jurídicas; honra os seus pares porque é um magistrado de escol; e por tudo isso honra o Tribunal de Justiça, como Desembargador que é, e Presidente digno que tem sido sempre, pois que sempre esteve à altura dos desafios do cargo e da instituição.

Na condição de Desembargador Presidente do TJ honrou o povo catarinense e o seu governo, ao ocupar a chefia do Poder Executivo estadual por longo período e aguda crise provocada pelos atentados do crime organizado em Santa Catarina; fatos que estão vivos em nossa memória, registrados nesse volume de reportagens da imprensa catarinense [mostra], e que infundem respeito nas dignas autoridades aqui presentes: do Governo, do Judiciário, do Legislativo e de tantas outras instituições que prestigiam esta sessão solene de posse.

Por isso e muito mais, senhores acadêmicos, eu tenho a honra de saudar o recipiendário, lembrando, além da sua copiosa produção jurídica, acórdãos, artigos científicos, cursos e conferências, um livro em especial, intitulado: *Poderes do juiz no processo civil*, lançado pela Editora paulista Dialética, em 2004. A obra foi prefaciada por um ícone da história recente do Direito em Santa Catarina, Moacir Mota da Silva, cujo nome consta do rol de juristas homenageados pela ACALEJ.

Moacir Mota da Silva bem atesta que o livro poderia ocupar com toda a justiça o Venerando Atril, neste momento estampado pela obra do Patrono Telmo Vieira Ribeiro; e que o nome de Nelson Juliano Schaefer Martins também reúne méritos na senda de João José Ramos Schaefer, hoje no Proscênio Sublime da Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

Moacir Mota da Silva informa que a obra resultou de uma Dissertação de Mestrado, Orientada por ele na Universidade Federal de Santa Catarina, e aprovada com *distinção e louvor*. Moacir Mota também faz menção a Nelson Antunes Martins, progenitor de Nelson Schaefer Martins, e nesse plano destaca as qualidades da obra: a linguagem objetiva e clara, o aprumo metodológico e a feição singular que ostenta no domínio da Teoria Geral do Processo e do Direito Processual Civil, o que os leitores comprovamos.

A preocupação de Nelson Schaefer na obra perfilha-se com uma das grandes preocupações dos dias atuais, que é o exercício da jurisdição; encarando-a no sentido de confirmação dos princípios e garantias constitucionais e de fortalecimento dos valores sociais fundamentais; de forma a atingir a efetividade da justiça, por expedita e eficaz e conformada com os interesses difusos e coletivos.

Obras dessa estirpe e autores dessa envergadura constituem o núcleo do nosso esforço institucional nesta Academia; a orientar a escolha dos quarenta Patronos e a seleção de novos Acadêmicos. Por tudo isso, dileto recipiendário, a sua instalação e posse nesta Sessão é acima de tudo um ritual de celebração, que nos renova, fortalece e religa ao ato primordial da nossa fundação, representado pelo Proscênio Sublime perpetuamente aceso nesse venerando Atril.

É nesse rumo que a ACALEJ caminha; firma convênios; promove obras; realiza eventos; apoia iniciativas; empossa novos membros; e hoje tem a satisfação de lançar mais um livro da coleção devotada ao resgate das obras e biografias dos quarenta patronos que encabeçam as quarenta Cadeiras simbólicas da instituição: *Dois teses de*

*Telmo Ribeiro*. Obra promovida pelo titular da Cadeira n. 08 Luis Carlos Cancellier de Olivo, com colaboração do nosso Presidente Cesar Luiz Pasold e editada pela Editora da UNOESC, graças ao empenho pessoal do confrade Aristides Cimadon.

Marco Túlio Cícero ocupou as primeiras linhas da sua obra imortal sobre a república para exaltar a virtude primeira dos varões de têmpera, sem os quais não se construiria a *res publica romanorum*. Referia-se à estirpe de homens como um Nelson Juliano Schaefer Martins; que representa, de fato e com certeza, aquela força viril a que se referia o grande jus-filósofo e orador romano; aquela tocha de dignidade que sabe dizer não; sabe posicionar-se; e que espontaneamente renuncia ao ócio justo em troca das canseiras públicas, estas que nos guardam, governam e iluminam, em prol do aperfeiçoamento das instituições e do enriquecimento da humanidade, para orgulho dos seus, dos pósteros e dos amigos.

Conheci-o no limiar da carreira, antes dos concursos que fez e da ida para Concórdia como simples juiz substituto, na companhia valorosa de Cíntia Beatriz, a esposa e companheira, em 1981. E hoje o saúdo no rol, não o da fama, que famoso já é e modesto sempre será, mas no *hall* da imortalidade acadêmica. A receber as insígnias do Sodalício, o abraço dos confrades, os cumprimentos de todos e uma salva de palmas que ele nunca cessará de ouvir.

Tenho dito!

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Convido os acadêmicos **José Isaac Pilati**, ocupante da Cadeira n. 02, que tem por Patrono José Arthur Boiteux e as acadêmicas Elizete Lanzoni Alves e Maria Cláudia da Silva Antunes de Souza, ocupante da Cadeira n. 11, que tem por Patrona Thereza Grisólia Tang, para revestir o recipiendário com as insígnias da ACALEJ.  
(Isso feito)

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** convido o recipiendário **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS** a proferir o juramento.

#### **JURAMENTO:**

Eu, **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**, comprometo-me, como membro vitalício da ACALEJ, dedicar-me a alcançar os objetivos desta honrosa instituição, na busca do aprimoramento e perpetuação da memória das letras jurídicas, sob os auspícios dos princípios éticos e responsáveis da pesquisa, exercendo a arte de escrever e falar com dignidade, independência e excelência, de forma a contribuir no processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento intelectual do ser humano e do profissional do Direito.

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Convido a Acadêmica Secretária-Geral **Elizete Lanzoni Alves** a ler o termo de posse e colher a assinatura do Acadêmico **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**. (Isso feito)

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** convido os Acadêmicos Elizete Lanzoni Alves, Diretora Executiva, **Alexandra Candemil**, ocupante da Cadeira n. 29, que tem por Patrono Renato Medeiros Barbosa e **João dos Passos Martins Neto**, ocupante da Cadeira n. 16, que tem por Patrono Edmundo Acácio Moreira para juntamente com a esposa dona Cyntia Schaefer entregar o diploma ao Recipiendário **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**. (Isso feito)

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Concedo a palavra ao novo acadêmico **NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS** para o seu discurso de posse na Academia Catarinense de Letras Jurídicas.

### **RECIPIENDÁRIO NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS:**

Senhor Presidente e fundador da ACALEJ, Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold, reconhecido como um dos intelectuais mais destacados do nosso país, condecorado por instituições jurídicas de prestígio, Doutor em Direito do Estado pela USP; Pós-Doutor pela Universidade Federal do Paraná-UFPR; Mestre pela Universidade de São Paulo-USP e pela Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC; Advogado Militante, autor de dezenas de livros sobre Direito, Política, Comunicação, Filosofia, Metodologia Científica e História

Senhores acadêmicos

Senhora Neiva Coninck de Almeida Pedroso, viúva e demais familiares de Cid Pedroso Jurista homenageado João José Ramos Schaefer, que se faz acompanhar de seus filhos João José, Marcio e Silvana, noras e netos

Autoridades, Juízes e Desembargadores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Juízes Federais do TRF-4, Procuradores do Estado e Advogados, Promotores e Procuradores de Justiça,

Estimado Professor Dr. José Isaac Pilati, digno Vice-Presidente da ACALEJ e Mestre de Cerimônias, a quem agradeço pela indicação de meu nome para compor o sodalício, cujas palavras de saudação comoveram a mim e a meus familiares hoje presentes,

Nesta noite, a ACALEJ, observadas suas normas regimentais, estatutárias e ritualísticas, cumpre mais uma vez sua missão de i) preservar e resgatar, sob o enfoque histórico, personalidades e dados literários jurídicos, ii) aprimorar as letras jurídicas em quaisquer de seus ramos, iii) difundir e divulgar obras jurídicas, no intuito de enaltecer a qualidade e o zelo da produção do Direito, das peças e da argumentação jurídica, tendo por moldura os valores da sociedade e por finalidade contribuir para a construção do Estado Democrático de Direito no ambiente da fraternidade, do pluralismo e da harmonia.

É, portanto, neste cenário que, ao ensejo da posse de mais um de seus integrantes, são homenageados dois personagens dos mais relevantes para a história do Direito em Santa Catarina.

Refiro-me a Cid Caesar de Almeida Pedroso (in memoriam) e a João José Ramos Schaefer, aqui presente, catarinenses que ao longo de suas trajetórias de vida, no âmbito público e privado, honraram e têm honrado as tradições e as crenças mais elevadas do povo de seu Estado. Nas instituições por eles integradas, têm feito de suas existências, um testemunho de dignidade, ética, compromisso e dedicação às causas da Democracia, da Justiça e do Direito.



Peço permissão por razões afetivas, para inicialmente referir-me a João José Ramos Schaefer. A ele está destinado especial momento nesta cerimônia. Porém, por se tratar de pessoa de minha família, meu tio, irmão de mãe, Therezinha Schaefer Martins, gostaria de sobre ele proferir breves comentários.

João José Ramos Schaefer, nascido em Lages, em 1932, estudou no colégio Santo Antônio de Blumenau, Colégio Catarinense da Capital, graduou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1958. Integrou por três décadas o departamento jurídico do Banco do Brasil, superintendência de Santa Catarina e por longo período de tempo foi chefe da AJURI, simultaneamente exerceu a advocacia privada.

De 1965 até 1989 exerceu mandatos no conselho estadual da OAB. Foi eleito para os cargos de vice-presidente, presidente por três gestões (1971/1973, 1973/1975 e 1987/1989) e conselheiro federal.

Participou dos debates acerca do projeto Buzaid para o Código de Processo Civil e coordenou o maior encontro sobre o tema até então realizado em Santa Catarina no início da década dos anos 1970 com a presença dos mais importantes processualistas do país.

Em 1989 renunciou ao cargo de conselheiro federal para concorrer à vaga de desembargador pelo quinto constitucional da OAB. Incluído na primeira lista sêxtupla derivada do sistema implementado pela Constituição de 1988 tornou-se desembargador escolhido pelo Governador Pedro Ivo Campos do PMDB.

No Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde permaneceu até março de 2002, deixou um legado de intenso trabalho e dedicação às matérias de natureza constitucional, direito público e privado. Compôs o Tribunal Regional Eleitoral na condição de corregedor-eleitoral, vice-presidente e presidente.

Na vice-presidência e presidência do Tribunal de Justiça coordenou estudos destinados à especialização temática dos grupos e das câmaras, a contribuir para a agilização da prestação jurisdicional, meta que perseguiu durante toda sua trajetória no judiciário.

Em 1998 foi homenageado com a maior comenda da OAB/SC, sendo-lhe outorgada a Medalha João Baptista Bonassis.

Após sua aposentadoria, retornou as atividades da advocacia.

Em 2008 foi escolhido patrono da XV Conferência da OAB/SC realizada em Itajaí e Balneário Camboriú.

Senhor Presidente,

Assumo nesta data, a cadeira 28 da Academia Catarinense de Letras Jurídicas, cujo patrono é o saudoso Jurista, Advogado, Deputado Estadual e Desembargador Cid Caesar de Almeida Pedroso, mercê da generosidade dessa Academia e de seus integrantes a quem serei perenamente grato. A homenagem que os intelectuais do Direito prestam à minha pessoa e minha família ficará gravada na memória e no coração por toda minha existência.

Cid Caesar Pedroso nasceu em 01.03.1927, na cidade de Campos Novos e faleceu em 22.10.1993, em Tijucas vítima de ataque cardíaco. Graduou-se na Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio Grande do Sul em 1952 e desde logo iniciou sua carreira na advocacia.

Ainda muito jovem, lançou-se na carreira política e foi eleito Vereador do Município de Campos Novos de 1954-1959.

Em Campos Novos militou contra os velhos caciques do PSD que detinham na época o pleno domínio da política. O PTB local aliou-se com a UDN, então liderada pelo ex-Deputado Waldemar Rupp e pelo Dr. Enéas Athanázio, advogado, depois Promotor de Justiça (já aposentado) e escritor. Com a extinção dos partidos pelo regime militar de 1964 e a criação do MDB e da ARENA, petebistas e udenistas camponovenses formaram o MDB, sob a direção do Dr. Cid Pedroso e na primeira eleição impuseram monumental derrota à ARENA, elegendo como Prefeito o Dr. Nelson Serpa, ex-Secretário de Estado da Fazenda, hoje Secretário Chefe da Casa Civil.

Segundo descrição de seus contemporâneos, Edson Nelson Ubaldo, também Advogado e Desembargador e Dr. Saulo Vieira, Cid Pedroso era um excelente causídico, orador primoroso e pessoa de bem. Foi militante combativo e um dos mais importantes próceres do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

Participou da fundação do Diretório do MDB no Estado de Santa Catarina em 1966 e no mesmo ano, para demonstrar a força e a legitimidade do partido, lançou-se a apenas 28 dias da eleição como candidato ao Senado. Alcançada a suplência do Senado, abdicou desta condição para assumir o cargo de Consultor Jurídico da Prefeitura Municipal de Campos Novos.

O advogado Cid Pedroso era famoso por suas atuações no tribunal do júri, não apenas porque conhecia o Direito, mas por sua oratória e poder de convencimento. Grande conhecedor da História antiga e contemporânea, deliciava os presentes com seus relatos sobre episódios de seu tempo de estudante e militante político em Porto Alegre,

onde foi colega de turma de Evilásio Caon e Sereno Chaise (ex-Prefeito de Porto Alegre). Era um excelente contador de causos, com proverbial memória para fatos, datas e nomes.

Em 1971 contribuiu para a fundação da Loja Maçônica "Acácia dos Campos", ainda em plena atividade. Em dois anos participou da edificação do templo, à época o maior do Estado. Por esse motivo os irmãos da Loja enfrentaram um célebre embate com o vigário da paróquia.

O Dr. Cid era muito popular, respeitado, admirado e querido pelo povo camponovense. Sua família materna, Almeida, com origem em Sorocaba, foi uma das primeiras povoadoras do Município de Campos Novos. Foi na casa do avô dele, Cel. Francisco Ferreira de Almeida, que por primeiro apareceu na região o famoso monge José Maria, protagonista dos eventos que deram origem à Guerra do Contestado. Seu pai, Darci Pedroso, foi um ilustre maçom e Exator Estadual de Campos Novos.

Cid era homem de grande visão e liderança. Conhecia a alma e o linguajar do caboclo da região do Planalto. Amigo dos amigos, solidário, de grande coragem moral, cívica e pessoal, não guardava rancores e sabia perdoar.

Eleito Deputado Estadual por duas legislaturas, 1979-1983 pelo MDB e 1983-1987 pelo PMDB, foi também Secretário de Estado da Segurança Pública e da Justiça durante o governo de Pedro Ivo Campos.

Destacou-se também como representante do meio-oeste catarinense na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Ao longo de sua trajetória política, lutou ao lado de quadros históricos do MDB catarinense, como Dejandir Dalpasquale, Nelson Wedekin e Saulo Vieira, pelo restabelecimento da democracia em nosso país e contribuiu decisivamente para o fortalecimento das instituições republicanas.

O advogado Saulo Vieira foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro catarinense. Segundo testemunhou anos depois, as inscrições ao MDB eram obtidas em visitas noturnas a simpatizantes da luta contra o regime militar nas diversas cidades do interior do Estado, inclusive Campos Novos. Enfatizou que o quadro instalado de pressão, de coação, resultou num divisor muito claro: de um lado os que aderiram ao poder da época e, de outro lado, aqueles que tinham como único estandarte, a não-aceitação da quebra da ordem legal do País (Luciana Borges de Almeida, UFMG, Programa de Formação de Conselheiros Nacionais Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, Governador Valadares, Fevereiro de 2010).

Registre-se que o primeiro gabinete executivo regional do MDB do país foi instalado em Santa Catarina no dia 23 de abril de 1966, em sessão realizada no plenário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, sob a presidência do ex-petebista Douzel de Andrade e que em 25 de maio de 1980 fundou o PDT.

O período vivido pelo Deputado Cid Pedroso na Assembleia Legislativa foi de intensa transformação política em Santa Catarina e no Brasil. Após o ocaso do bipartidarismo, imposto pelo Governo Militar como forma de desestabilizar e desmobilizar a oposição, emergiram novas legendas de oposição, muitas delas criadas a partir de dissidências do MDB. Ainda assim, o “velho MDB de guerra”, transformado em PMDB por imposição da legislação eleitoral, permaneceu à frente do movimento de contestação ao regime autoritário.

Como Deputado Estadual, defendeu principalmente os pequenos produtores rurais e apresentou projetos de lei com o intuito de fomentar a expansão das atividades agrícolas e pecuárias.

Fato destacado por seu filho Justiniano e registrado pelos protagonistas é o de que atendeu como advogado, ao lado de Murilo Canto, aos estudantes universitários e especialmente os secundaristas que foram presos na célebre “Novembrada” de 1979, retratada pelo escritor e jornalista Moacir Pereira no livro *Novembrada: um relato da revolta popular*, Editora Insular, que destacou: “o incidente, de proporções inimagináveis, deu uma projeção inédita ao povo catarinense por se tornar o primeiro a enfrentar o regime militar e sua principal autoridade, de peito aberto, nas ruas de sua Capital” (p. 18). Ao se dirigirem à delegacia de polícia em que os manifestantes se encontravam detidos, Cid Pedroso e Murilo Canto lograram obter a liberdade de muitos deles ainda no mesmo dia.

Cid Pedroso, movido pelos seus permanentes ideais democráticos teve, na condição de deputado estadual, a iniciativa de endereçar carta ao General-Presidente, João Figueiredo, conclamando-o a “realizar a imediata convocação da Assembleia Constituinte” sonho concretizado quase uma década depois.

Nomeado pelo Governador Pedro Ivo Campos ao cargo de Desembargador no Tribunal de Justiça de Santa Catarina exerceu a judicatura de 21.12.1988 até a data de seu falecimento em 1993.

Destacou-se por seu notável conhecimento de direito civil e técnica jurídica ao atuar na Terceira Câmara Civil, Segundo Grupo de Câmaras, Seção Civil e Órgão Especial.

Prezados confrades, os dois homenageados desta cerimônia, identificam-se e complementam-se em suas semelhanças, mas também em suas peculiaridades.

Ambos fizeram de suas vidas testemunho de dedicação à profissão de advogado. Assumiram como desembargadores do Tribunal de Justiça pelo quinto constitucional destinado à OAB.

Mantiveram-se fiéis aos valores e princípios que sempre defenderam na corporação. Cid Pedroso, durante toda a sua vida como advogado perseguiu os ideais de liberdade, participação e igualdade. João José Schaefer defendeu as prerrogativas da classe, buscou a concretização da presteza jurisdicional, da preservação das garantias do devido processo e da segurança jurídica. Ambos foram agentes da democracia e da justiça.

Senhor Presidente, peço licença para um pequeno parêntese.

O denominado quinto, garantia expressa da Constituição de recrutamento e seleção de um quinto dos membros dos Tribunais dentre os advogados e membros do Ministério Público, segundo Marcus Vinicius Furtado Coêlho, Presidente da OAB nacional, guarda coerência com a definição de indispensabilidade e essencialidade ao Judiciário conferida a estas profissões pela Carta Federal.

Os magistrados oriundos do quinto pela OAB e Ministério Público passam por vários filtros (exame de ordem ou concurso público para ingresso em carreira, verificação de exercício por pelo menos dez anos na carreira, lista sêxtupla, lista tríplice, escolha pelo chefe do Executivo) que na última fase identifica-se com o princípio majoritário, pois o Governador ou Presidente da República, por delegação social, ao proceder à nomeação, o faz em nome do povo.

Na visão de Sebastião Alves dos Reis Junior, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, o integrante do quinto no cotidiano dos tribunais contribui para revelar aspectos da realidade nem sempre identificados nos autos, para levar a angústia e a urgência das partes em uma visão mais pragmática e para funcionar como ponte entre as visões distintas, entre a técnica e a vida do cidadão comum por vezes não percebida pelo juiz de carreira mais afeiçoado à prática dos procedimentos legais.

Retornando aos homenageados, verifica-se que os exemplos que de suas trajetórias de vida que colhemos nos orientam e inspiram a avaliar e refletir sobre o presente e o futuro do sistema de justiça e do próprio país, pois aquele se insere neste, pois a Justiça está entrelaçada com a realidade nacional e até internacional. Penso que

seja oportuna uma referência aos panoramas da atualidade para que algumas reflexões nos mobilizem diante de nossos deveres sociais e institucionais.

Henrique Meirelles, ex-Presidente do Banco Central (FSP 25.10.2015, p. A-2) assinala que é possível acreditar no futuro do Brasil apesar da gravidade da crise e que é importante combater o derrotismo e a resignação. Nossa economia apresenta potencial para emergir consideradas i) a nossa capacidade de produzir energia por diversas maneiras, ii) as imensas possibilidades de ampliação do mercado de consumo, um dos maiores do mundo comparável a grandes países europeus como França e Itália, iii) as nossas reservas internacionais (da ordem de US\$ 370 bilhões) a reduzir o impacto do rebaixamento da avaliação de risco do país, iv) a consciência econômica da população que incorporou como valor a inflação baixa, v) a compreensão da necessidade de equilíbrio das contas públicas e vi) a reconhecida criatividade e resiliência de nossos empreendedores; vii) a solidez das instituições, muito superior às dos países emergentes, com Judiciário independente, imprensa livre, eleições democráticas, amadurecimento crescente da população ao demandar por maior a validade dos serviços públicos e privados.

Na visão otimista de Domenico di Masi em *O futuro chegou: modelos de vida para uma sociedade desorientada*, Editora Casa da Palavra, o Brasil i) conta com alto percentual de população jovem, ii) revela um processo de sólida consolidação da democracia em que a alternância no poder dá-se por eleições democráticas e regulares, iii) não trava guerras com nenhum outro país nem possui pretensão de dominar outra nação apesar de ser uma das maiores expressões mundiais em termos de população, território e economia, iv) incorpora na sua formação miscigenação, sincretismo, alegria, simpatia, acolhimento, solidariedade, esperança e beleza a desabrochar em uma civilização humana e pacífica (p.618-619).

Acrescente-se que no Brasil, por conta da tolerância e acolhimento a diversos povos, culturas e crenças, não há ambiente para a disseminação do terror e do horror.

Por conta do protagonismo do Judiciário, a partir do Supremo, dissolvem-se preconceitos e discriminações ao tempo em que se dissemina a cultura da solidariedade e da aceitação das diferenças.

Na avaliação de Luis Roberto Barroso, Ministro do Supremo, a crise brasileira é a crise de uma sociedade que quer mudar de patamar. E o papel do Judiciário e das entidades que integram o sistema de justiça (OAB, Ministério Público,

Defensoria Pública) nesta mudança de nível é crucial e imprescindível. Notadamente a partir da Constituição de 1988, em que o Poder Judiciário deixou de ser um departamento do Estado para assumir responsabilidades com reflexos nos modelos de política, economia e democracia.

Os juízes e demais operadores do direito têm por desafio atuar no âmbito de uma sociedade contemporânea complexa que exige a alteração do perfil profissional. Não é mais suficiente a solução meramente técnica dos conflitos. Torna-se imprescindível que os atores do processo, magistrado, advogado, ministério público, sejam coparticipantes no ato de criação do Direito. Não existe solução pré-pronta, pois a Constituição e a lei oferecem apenas um ‘início de solução’.

A ACALEJ, ao reunir e integrar profissionais dos diversos e variados ramos do Direito, a saber, advogados, procuradores de Estado, professores universitários, magistrados, promotores de justiça, pesquisadores e consultores, na missão de preservar e resgatar exemplos de vida profissional, memória e cultura literário-jurídica, por consequência tem sua atenção voltada para o cenário de uma sociedade contemporânea em que todos estamos integrados e com a qual temos responsabilidades inadiáveis.

Que os testemunhos de vida dos nossos patronos nos inspirem, na expressão de Martin Luther King, a seguir pela estrada da liberdade em direção à cidade da igualdade, porque nossa nação tem encontro marcado com o destino. A hora é de tornar realidade as promessas da democracia, de conduzir nossa nação das areias movediças da injustiça para a sólida rocha da justiça (social).

**PRESIDENTE DA ACALEJ:** Na forma do Ritual da ACALEJ, ficam na memória perpétua do **Proscênio Sublime** o ilustre nome de JOÃO JOSÉ RAMOS SCHAEFER e a brilhante obra *DUAS TESES DE TELMO VIEIRA RIBEIRO*. **E em nosso quadro, como novo imortal e primeiro ocupante da cadeira n. 28,** que tem por Patrono Cid Caesar de Almeida Pedroso, o **CONFRADE NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS**. Agradeço mais uma vez a presença de todos, e declaro encerrada a Sessão. Muito obrigado!